



Bruxelas, 31 de março de 2015
(OR. en)

7603/15

COPEN 83
EUROJUST 69
EJN 31

NOTA

de:	Delegação do Reino Unido
data:	26 de março de 2015
para:	Secretariado-Geral do Conselho

Assunto:	Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva
	- Notificação pelo Reino Unido

Em anexo figuram as declarações do Reino Unido ao abrigo da Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva (JO L 294 de 11.11.2009, p. 20).

Declarações do Reino Unido ao abrigo da Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva

Artigo 6.º, n.º 1 – Designação das autoridades competentes

Na Inglaterra e País de Gales

Qualquer tribunal presentemente habilitado a tomar decisões nacionais em matéria de fiança é competente para agir ao abrigo da Decisão-Quadro como Estado de emissão. Na Inglaterra e País de Gales os tribunais competentes são os seguintes:

- Magistrates court
- Crown Court
- High Court
- Court of Appeal

Os 'magistrates courts' são competentes para executar os pedidos emitidos noutros Estados-Membros.

Na Escócia

Na Escócia qualquer tribunal presentemente habilitado a tomar decisões nacionais em matéria de fiança é competente como autoridade de emissão, nomeadamente:

- High Court
- Sheriff Court
- Justice of the Peace Court

O 'Sheriff Court' pode dar execução a um pedido relativo a uma decisão de controlo judicial recebido de outro Estado-Membro da UE.

Na Irlanda do Norte

Qualquer tribunal presentemente habilitado a tomar decisões nacionais em matéria de fiança é competente para agir ao abrigo da Decisão-Quadro como Estado de emissão. Na Irlanda do Norte:

- Magistrates court
- Crown Court
- County Court
- High Court
- Court of Appeal

Os 'magistrates courts' são competentes para executar os pedidos recebidos de outros Estados-Membros.

Em Gibraltar

Qualquer tribunal presentemente habilitado a tomar decisões nacionais em matéria de fiança é competente para agir ao abrigo da Decisão-Quadro como Estado de emissão. Em Gibraltar os tribunais competentes são os seguintes:

Magistrates' Court of Gibraltar
The Supreme Court of Gibraltar
Court of Appeal

Artigo 7.º, n.º 3 – Recurso à autoridade central

Na Inglaterra e País de Gales

A Inglaterra e o País de Gales designaram uma autoridade central que será conhecida por CARREUSO (Central Authority for the Reciprocal Recognition of European Supervision Orders). Todas as comunicações com a Inglaterra e o País de Gales ao abrigo da presente decisão-quadro deverão ser enviadas para o seguinte endereço:

CARREUSO@ hmcts.gsi.gov.uk

Contactos – Tel: – +44 020 3126 3029

Horário de funcionamento : de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 16:30.

Na Irlanda do Norte

Para a Irlanda do Norte, a autoridade central designada é o Ministério da Justiça da Irlanda do Norte. Todas as comunicações com a Irlanda do Norte deverão ser dirigidas em primeira instância para o Northern Ireland Courts and Tribunals Service no seguinte endereço :

The Central Business Unit,
Northern Ireland Courts & Tribunals Service,
Laganside House,
Oxford Street,
Belfast
BT1 3LA

Telefone: 030 0200 7812

Endereço eletrónico: cmlaganside@courtsni.gsi.giv.uk

Horário de funcionamento: das 9:00 às 16:30 excluindo feriados

Na Escócia

Foi designada uma autoridade central, o Scottish Court Service, que trata exclusivamente dos pedidos recebidos de outros Estados-Membros. O Scottish Court Service proporciona apoio administrativo aos tribunais escoceses e aos magistrados desses tribunais.

O sítio web do Scottish Court Service <http://www.scotcourts.gov.uk/> pode ser utilizada para identificar o sheriff court a que o pedido deverá ser dirigido. O horário de funcionamento para cada tribunal figura igualmente no sítio web. Se não for possível identificar a autoridade competente de execução, o pedido deverá ser dirigido a:

Edinburgh Sheriff Court and Justice of the Peace Court Sheriff Court House
27 Cockspur Street
Edimburgo
EH1 1LB

Tel: – +44 0131 –225 2525

Fax: – +44 0131 –226 6569

Endereço eletrónico: Edinburgh@scotcourts.gov.uk

Sítio web: <http://www.scotcourts.gov.uk/the-courts/court-locations/edinburgh-sheriff-court-and-justice-of-the-peace-court>

Em Gibraltar

A autoridade central designada em Gibraltar para tratar as decisões de controlo judicial é o Ministro responsável pela Justiça.

HM Government of Gibraltar
Ministry of Justice
Suite 771
Europort
Gibraltar

Tel: +350 20068052.

Fax: +350 20047677.

As comunicações oficiais com a autoridade central de Gibraltar deverão ser enviadas ao Ministro responsável pela Justiça para o endereço acima mas via:

The United Kingdom Government Gibraltar Liaison Unit for EU Affairs
Foreign and Commonwealth Office
King Charles Street
Londres
SW1A 2AH
Tel.: – +44 20 7008 1577
Fax: – +44 20 7008 3629
e-mail: ukgglu@fco.gov.uk

Artigo 8.º – Tipos de medidas de controlo

O Reino Unido [apenas] aceita as medidas ao abrigo do artigo 8.º, n.º 1.

Artigo 9º, n.º 4 – Declaração das condições de transmissão de uma medida de controlo

Deverão ser fornecidas justificações adequadas. A validade/aceitabilidade destas será determinada pela autoridade judicial competente: Magistrates courts na Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte, e Sheriff court na Escócia.

Em Gibraltar, o magistrates' court tem de decidir se a decisão relativa às medidas de controlo deverá ser reconhecida. É favor consultar o regulamento 11 e a 'Schedule to the European Supervision Order Regulations 2014'.

Artigo 24º – Língua em que os pedidos são aceites

Inglês.
